

## Condição Ecológica Juvenil : nexos e relações entre a juventude rural e urbana e a educação ambiental e popular.

Samuel Crissandro Tavares Ferreira<sup>1</sup>  
Sérgio Botton Barcellos<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo vem apresentar uma discussão bibliográfica e teórico-metodológica sobre a “condição juvenil ecológica”, ou seja, a relação dos jovens rurais e urbanos e sua relação com a sociedade e o meio ambiente. Compreendendo que os jovens são sujeitos sociais e que dessa forma os mesmos tem se colocado como atores importantes do contexto sociohistórico brasileiro, faz-se necessário compreender as principais contribuições teórico-metodológicas da dimensão freiriana para a juventude urbana e rural brasileira para o ciclo lutas e embates atuais e no porvir. A juventude brasileira foi imprescindível para a reorganização da democratização política nacional, para a conquista de direitos e da organização de políticas públicas diversas. O presente trabalho se ocupa de refletir sobre possíveis contribuições que experiência juvenil traz para auxiliar na superação das situações-limite colocadas por esse período de retrocesso político, aumento da desigualdade socioeconômica, precarização do trabalho/emprego, crise ecológica e avanço da pandemia. Após a discussão teórica e bibliográfica sobre a produção da experiência juvenil, essa pesquisa partirá para uma análise qualitativa com jovens do campo e da cidade, e tentará através dessa experiência construir uma perspectiva de educação ambiental e popular *com* a juventude e não *para*.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Juventude Urbana. Juventude Rural. Educação Popular. Condição Ecológica.

### INTRODUÇÃO

A discussão proposta nesse resumo vem correlacionar e permitir um diálogo entre duas pesquisas sobre juventude. Uma delas é em nível de mestrado, está finalizada

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação Ambiental (PPGEA – FURG). Mestre em Educação (PPGEDU –FURG). Bacharel e Licenciado em História (ICHI – FURG). Integrante do Grupo de Pesquisa Dinâmicas em Políticas, Estado e Movimentos Sociais (DIPEM – FURG). Bolsista Capes – DS. Orcid: 0000-0002-8400-1291 Email: [samukacrissandro@gmail.com](mailto:samukacrissandro@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCS) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e em Educação Ambiental (PPGEA – FURG). Doutor e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordena o Grupo de Pesquisa Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais (DIPEM – FURG). Orcid: 0000-0002-6935-4398 Email: [sergio.barcellos@furg.br](mailto:sergio.barcellos@furg.br)

e problematiza a contribuição da educação popular para as manifestações juvenis na cidade, no urbano<sup>3</sup>. A segunda, que está em andamento no nível de doutorado, investiga a condição juvenil no comparativo entre jovens urbanos e rurais<sup>4</sup>, problematizando suas experiências, expectativas e movimentos para compreender suas ações ecológicas e/ou relacionadas com o meio ambiente.

Cabe ressaltar que a juventude marca um locus importante no contexto nacional, se configurando dessa forma uma categoria social e histórica (GROPPO, 2004) assim como da mesma forma é e está colocada como sujeito social (DAYRELL, 2003). Portanto, compreendemos que entre os grupos juvenis e grupos de juventude, há muitas disputas sobre o conceito de se “ser jovem” e nesse movimento que é heterogêneo e diversificado, há de se considerar inúmeras outras questões como territorialidade, gênero, classe, etnia, cultura, espiritualidade, desenvolvimento técnico, sentimento próprio, vontades, símbolos e nesse caso em específico, a realidade urbana e rural (BARCELLOS et al, 2021, Pág.48).

Nesse viés, reforçamos a importância de compreender perspectivas teórico-metodológicas em Paulo Freire, que consigam potencializar e organizar um projeto de educação popular e ambiental para a juventude urbana e rural. O objetivo desse trabalho é propor uma reflexão e um debate que nos auxilie a organizar possibilidades para além de uma educação para a dominação, que a resgate a humanidade desses sujeitos, ou seja, que permita a juventude visualizar um processo educacional de transformação, para além da adaptação:

Na verdade o que pretendem os opressores “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”, e isto para que, melhor adaptando-os a essa situação, melhor os dominem (...) Na verdade, porém os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua Solução, pois, não está em “integrar-se”, em “incorporar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si”. (FREIRE, 2016, Pág. 108 -109)

Destacamos também a compreensão que temos de Educação Popular a ser perseguida e construída, que seja uma educação que possua um direcionamento para a

---

<sup>3</sup> E Se a Cidade Fosse Nossa: A Educação Popular Contribui na Emancipação da Juventude na Cidade? (2018a). Dissertação da pesquisa que realizei durante o mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEDU – FURG).

<sup>4</sup> Projeto da pesquisa de doutoramento que está em curso no Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA – FURG).

“perspectiva da emancipação humana”, que tenha relação com a “totalidade social” e um compromisso com “proposições educativas ligadas ao trabalho e não com o capital” (PALUDO, 2013). Pensamos com base na produção existente sobre tal temática, que a Educação Popular tenha que ser objetivamente uma proposta que vá contra o silenciamento e a invisibilidade criada para os grupos populares, assim como de suas culturas, questões sociais e políticas (ESTEBAN; TAVARES, 2013) e que desnaturalize as desigualdades sociais, que as enfrente de frente e que entenda que possam ser superadas, pois são produzidas socialmente ao passo que suas injustiças se aprofundam (MEJÍA, 2013)

Por Educação Ambiental compreendemos o que Loureiro e Layrargues (2013) confirmam como uma Educação Ambiental Crítica, numa linha que perspetive a transformação do modelo de sociedade existente. Da mesma forma destacamos as contribuições desenvolvidas para uma Educação Ambiental para a Justiça Ambiental (ACSELRAD;MELLO; BEZERRA, 2009) e uma concepção de relação com o meio ambiente diferente da atual que é destrutiva, etnocida e que produz profundas extinções. Da mesma forma, compreendemos que uma concepção de educação ambiental que consiga superar os problemas causados pelo atual sistema neoliberal, deva ser construída por “saberes ambientais” diversos (LEFF, 2015) e que faça um enfrentamento ao acúmulo desigual de riqueza (LÖWY, 2000).

Após os apontamentos anteriores das concepções que serão suleadoras<sup>5</sup> dos principais contextos, é preciso ressaltar que por mais que haja uma complexa conjunção de elementos e características que configuram as juventudes (BOURDIEU, 1983), a reflexão aqui proposta assume a condição juvenil ou os jovens como uma categoria social e histórica (GROPPO, 2015) , composta de experiências e potencialidades (WELLER,2011) e de limitações próprias do atual período histórico e político.

Contudo, destacamos que as principais problemáticas e dificuldades vivenciadas pela juventude se dá por uma “nova modulação, global ,baseado numa “acumulação flexível” geradora de desemprego estrutural, decomposição social e destruição ecológica” (GROPPO, 2004). No caso brasileiro, vivenciamos nos últimos cinco anos,

---

<sup>5</sup> Como contraponto ao “nortear”, cujo significado é a dependência do Sul em relação ao Norte, “sulear” significa o processo de autonomização desde o Sul, pelo protagonismo dos colonizados, na luta pela emancipação . Implica uma ação autônoma desde o Sul, enfrentando a integralidade das questões presentes na colonialidade do saber e do poder que tem a ver com um outro projeto de vida envolvendo a cultura, a economia, a política, a ciência e outras dimensões.(ADAMS, 2010, Pág.386)

um retrocesso muito grande na estrutura política e governamental, com ascensão de partidos políticos de direita e de extrema direita no controle das instituições governamentais. Desse modo no âmbito das políticas públicas os cortes orçamentários foram realizados rapidamente, entrando em curso políticas de austeridade e de precarização da vida, principalmente da população mais pobre.

Esse golpe foi sentido principalmente pela juventude, nas políticas educacionais, culturais e que permitiam a garantia de emprego minimamente digno para esses jovens. Essas mudanças que ocorreram e as que estão em curso, produziram muitas transformações na realidade desses sujeitos:

E oportuno, por exemplo, explicitar que na contemporaneidade a juventude vive profundas mudanças em diferentes esferas da vida, das quais algumas estão diretamente vinculadas aos impactos dos processos sociais em curso. Particularmente, as mudanças no mundo da família e do trabalho com seus impactos em distintas dimensões da vida individual e social são vividos, sobretudo pelas juventudes em contextos urbanos. (WELLER, 2006)

Certamente que a constatação de uma juventude urbana e das grandes cidades gera bem mais interesses por parte das entidades governamentais, pela discussão e pesquisa acadêmica e por outras organizações que possuem a juventude como alvo. Porém temos cada vez mais que olharmos para as experiências da juventude rural, que carrega em si muitas características imprescindíveis para a reorganização da realidade social, política, econômica e ecológica:

Contudo, os movimentos sociais rurais, são, hoje, palco do surgimento de novas organizações de juventude como ator político. Isto é fortemente observado em movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e em organizações religiosas evangélicas e católicas. Embora esse tipo de articulação não seja novidade – juventude rural ao longo da história e em muitos países foi uma categoria ordenadora de organizações de representação social – hoje estamos testemunhando uma reordenação desta categoria. Em comum, uma juventude rural que ainda se confronta, como “classe object” (Bourdieu, 1977), com imagens “urbanas” sobre o campo. Esse jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês e agricultor familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. (CASTRO, 2009)

Consideramos que a relação entre a juventude rural e urbana como “amostra” para compreender o processo socioambiental em nossa sociedade é imprescindível, tendo em vista que nos anos anteriores, esses sujeitos foram decisivos na construção de uma sociedade mais crítica, menos desigual e com uma organização mais significativa que possibilite a superação dos retrocessos que estamos vivenciando.

## **METODOLOGIA**

A Educação Popular como perspectiva político-pedagógica (e também socioambiental) é imprescindível na construção de uma alternativa para além da competitividade imposta pela educação bancária, da mesma forma que precisamos olhar para nós mesmos com nossos próprios olhos (FERREIRA, 2018b), ou seja, assumindo as nossas próprias contradições e problemáticas, construiremos a possibilidade de superação (QUIJANO, 2012). Dessa forma, utilizamos os “indicadores emancipatórios” (STRECK;ADAMS, 2014) para entender o processo emancipatório dos jovens na cidade, no urbano na primeira pesquisa. Acreditamos que a mesma perspectiva metodológica nos auxiliará na segunda proposta de investigação. Da mesma forma, a construção qualitativa será potencializada por Bourdieu (2007) e Brandão (2003) que nos possibilitam compreender questões profundas e rigorosas acerca da responsabilidade da pesquisa e na construção científica das ciências humanas e com sujeitos sociais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A realidade neoliberal que vem se configurando com mais força em nossa sociedade contemporânea, construiu uma profunda desigualdade porque estabeleceu uma lógica mercantil muito mais profunda daquela liberal que já vinha operando, pois transforma e “educa” os sujeitos em suas individualidades em serem consumidores, produtores e etc:

O mercado é concebido , portanto, como processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pela qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói o seu próprio sujeito. Ele é *autoconstrutivo*. (DARDOT;LAVAL, 2017)

Nessa perspectiva, consideramos que o momento sociohistórico que estamos vivenciando , encontra-se mergulhado nessa nova lógica neoliberal, o que empurra os sujeitos dessa sociedade a lógica produtiva e conseqüentemente, destrutiva. Desse modo a natureza, está somente como matéria-prima, um meio de e para a exploração e expropriação. Para isso, defendemos e refletimos no caminho de construir uma educação ambiental que seja crítica e transformadora em sua concepção e ação, mas que possa dare conta não somente de nossas contradições quanto sujeitos forjados nessa concepção neoliberal, mas que permita a permanência da vida em sua pluralidade, ou seja, de outros seres não humanos e outros seres humanos, que possuem uma outra cultura, como os povos primitivos e tradicionais. Segundo Loureiro e Layrargues (2013), a educação ambiental de modo institucional tem se configurado e consolidado como um campo social no Estado Brasileiro . Toda essa consolidação faz parte de uma discussão e discurso das últimas 4 décadas, que compreende a prática, reflexão e discussão de diversos sujeitos e coletivos, assim como setores da sociedade, que tentam a sua maneira enfrentar o problema contemporâneo da “questão ambiental”.

A educação ambiental crítica é aquela que em síntese busca pelo menos 3 situações pedagógicas: a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e em seu interior, da condição humana. (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, Pág. 64)

Segundo Layrargues (2000), por mais que haja uma institucionalização da Educação Ambiental e uma prática educativa formalizada e construída, tal prática ainda tenha uma certa ineficácia . É necessário que para o porvir surja a incorporação de “novos conceitos na educação ambiental que deem conta das novas realidades”. A renovação da educação ambiental poderá vir após uma superação de “seu caráter

predominantemente conservador, pautado numa prática conteudística, biologicista e pragmática, do qual resulta uma proposta social reformista”. As propostas coletivas segundo o autor , poderá levar a educação ambiental para um patamar que alcance a resolução ou superação de nossas contradições.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira pesquisa mencionada aqui nesse trabalho (FERREIRA, 2018a), compreendeu-se que a juventude urbana, em um processo dialética , contribuiu de forma positiva para o aprofundamento teórico-metodológico da Educação Popular na cidade, no urbano. Da mesma forma em que a Educação Popular contribuiu para os processos e projetos de emancipação da “condição juvenil urbana”. Nessa nova proposta de investigação , compreendemos que relacionar a juventude rural será importante para correlacionar as perspectivas socioambientais também da condição rural, e não somente da urbana.

O desenvolvimento do conceito de Meio Ambiente está colocado para além de uma simples expressão terminológica, principalmente para nós que trabalhamos para/com uma educação ambiental crítica e/ou transformadora . Meio Ambiente é a relação direta e indireta entre Natureza e Natureza Humana (Altvater 2017; Löwy 2018), mediada sócio e historicamente pela Cultura (Freire 2016; Osowski, 2015):

a)Natureza aqui é o que chamamos de mundo, no sentido *physis*, o mundo dos fenômenos cósmicos e naturais, dos processos evolutivos e adaptativos , da fauna e flora , da qual o homem e a mulher também fazem parte. Natureza é também o que é chamado de Reino Natural.

b)A Natureza Humana , os homens e as mulheres , são os seres sociais que através da consciência e do trabalho conseguiram emergir da Natureza. Nesse caso, Natureza é a vida e o suporte para a vida. As mulheres e os homens emergiram de sua condição somente natural através da Cultura , e nesse processo de trabalho e de consciência, seguiram transformando a Natureza e a sua própria Natureza Humana. Em outras palavras , a Natureza é também Natureza porque os seres humanos sabem e dizem que

ela o é . Pois se só existisse o mundo , faltaria a humanidade para dizer que o mundo é mundo. Podemos talvez chamar isso de Reino Cultural.

c) Cultura está colocada aqui como conceito-ação, como movimento e transformação . A existência dos homens e das mulheres na Natureza, não é somente de adaptação, ou de simples satisfação de necessidade (como os animais e plantas), mas está cheia de intencionalidade, de razão e distinguem-se da Natureza (mesmo sendo Natureza) através do trabalho, da transformação da matéria para própria sobrevivência . Essa transformação não só muda a Natureza, mas “empresta” uma certa humanização ao meio natural. Esse processo de trabalho, transformação intencional ou não, chamamos Cultura.

O Meio Ambiente se configura da relação do que foi supracitado acima, por mais que a realidade em si seja mais complexa. Os homens e as mulheres se configuram portanto de Natureza e Cultura, não há como desconsiderar isso. O meio natural e o meio social não estão descolados e por isso, ao pensarmos e investigarmos o Meio Ambiente , todas essas questões estão interligadas diretamente ou indiretamente. Dentro desse processo de transformação e humanização cultural está a Educação e nesse caso, a Educação Ambiental.

Na pesquisa que estou desenvolvendo a nível de doutorado , problematizo se há uma “condição juvenil ecológica” entre a juventude rural e urbana no/do RS, para compreender se há contribuições objetivas ou subjetivas para uma Educação Ambiental e Popular Transformadora para um outro ciclo sóciopolítico e histórico. Em outras palavras , o Meio Ambiente em si é o fenômeno em totalidade a ser analisado e investigado em minha pesquisa. Entender o mundo dos e das jovens em suas múltiplas territorialidades, diversidades e dificuldades é necessário para entendermos não somente a juventude rural ou urbana, mas para compreender o todo. E falo mundo no sentido ontológico e epistemológico que Freire falou:

Quando falo em mundo não falo exclusivamente das árvores e dos animais, que também amo, das montanhas, dos rios. Não falo exclusivamente da natureza de que sou parte mas das estruturas sociais, da política , da cultura , da história, de cuja feitura também faço parte. (FREIRE, 1995, p. 107)



Encaminho a discussão desse projeto encima dessa mesma indagação: “O que nos mantém prisioneiros que não conseguimos frear os dilemas ambientais? Onde conseguir as luzes para “inovar nossas próprias estruturas?” (2001). Assim começa Michele Sato , em uma reflexão que tem como título *Apaixonadamente Pesquisadora em Educação Ambiental* .A questão é complexa, porém o que podemos visualizar junto a décadas de debates e reflexões acerca da temática da educação ambiental é que a centralidade do problema requer uma crítica mais contundente em direção ao modo de produção existente e sua sistemática, que já se mostrou capaz de fazer e criar toda sorte de coisas possíveis (da extinção de espécies, passando pelo aquecimento global até contextos pandêmicos), menos uma sustentabilidade ou uma redução considerável das emissões de poluição , contaminações ou outra formas de desigualdades e injustiças socioambientais .

Para que possamos considerar uma educação ambiental que construa alternativas de transformação seriamente viáveis, é mais do que necessário que compreendamos a forma que determinadas concepções ecológicas enxergam determinados problemas de nossa sociedade . A palavra de ordem “mude o sistema e não o clima “ é uma máxima dos movimentos ambientalistas de cunho anticapitalista. Por isso, é necessário que compreendamos que a Educação Ambiental de perspectiva anticapitalista ou “para além da desigualdade” , considera necessário pautar que a superação do sistema capitalista , financeiro , corporativo e monopolista é imprescindível

Partindo da “fenda metabólica” (FOSTER, 2012), concepção crítica e marxista, compreendemos que a raiz da desigualdade social é a mesma da injustiça ambiental, e portanto, a criticidade e a transformação de uma educação ambiental e popular , deve construir uma alternativa profunda e contundente, não prescritiva , mas embasada nas necessidades desses sujeitos sociais , a saber , os jovens rurais e urbanos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A condição ecológica social é mais difusa (PORTO-GONÇALVES, 2000), porém ela existe e se manifesta nas diversas aparências e existências por parte da população juvenil e na sua relação com o meio ambiente, na produção de sua

subsistência . Entendemos que , ao olhar para esse processo da “condição juvenil ecológica” , em diálogo com a metáfora existente na conexão entre o mundo, a educação e a mangueira (FREIRE, 2015) e da *pedagogia da terra* (GADOTTI, 2000) , conseguiremos construir indicadores consistentes para uma educação ambiental popular, que questione firmemente o modelo de produção exterminista e destrutivo que está em vigência.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?**. 2009.

ALTVATER, Elmar. O capitalismo fóssil e seu ambiente social e natural. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, p. 143-164, 2017.

ADAMS, Telmo. Sular. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BARCELLOS, Sérgio Botton; PÁDUA, Jacqueline de Freitas; FERREIRA, Samuel Crissandro Tavares; PORCIÚNCULA, Pierri Araújo; LAZZARI, Elisângela. Apontamentos Sobre o Mapeamento dos Conflitos Socioambientais no Brasil Relacionados com a Juventude Rural. In: BARCELLOS, Sérgio Botton. (org.). **Juventude Rural e Conflitos Socioambientais no Brasil: Existências e resistências**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2021.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude É Apenas Uma Palavra. In: BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. A distinção. **São Paulo: Edusp**, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**. São Paulo: Cortes, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DE CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão ea construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciências Sociais, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

FERREIRA, Samuel Crissandro Tavares. E se a cidade fosse nossa: a educação popular contribui na emancipação das juventudes na cidade?. 2018a. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Samuel Crissandro Tavares. Espaço do Ser Mais versus espaço do Ser Menos: Constatação do que não queremos para conseguirmos o que queremos. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018b.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. *Lutas sociais*, n. 28, p. 87-104, 2012.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade: Projeto pedagógico*. 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Editora Paz e Terra, 2015.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação**, p. 40-52, 2003.

ESTEBAN, Maria Teresa; TAVARES, Maria Tereza Goudard. Educação Popular e a Escola Pública: antigas questões e novos horizontes. In: **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. STRECK, Danilo; STEBAN, Maria Teresa (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, n. 6, p. 15-29, 2005.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do COGEIME**, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em tese**, v. 12, n. 1, p. 4-33, 2015.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, p. 87-155, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 53-71, 2013.

LÖWY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. LÖWY, M. e BENSÄID, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo, Xamã, p. 227-38, 2000.

LÖWY, Michael. Mensagem ecológica ao camarada Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 11, p. 161-176, 2018.

MEJÍA, Marco Raúl. Pós-facio – La Educación Popular: Una Construcción Colectiva Desde El Sur y Desde Abajo. In: **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. STRECK, Danilo; STEBAN, Maria Teresa (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NUNES, Brasilmar Ferreira; WELLER, Wivian. A juventude no contexto social contemporâneo. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 9, p. 43-57, 2006.



OSOWSKI, Cecília Irene. Cultura. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Ed.). **Dicionário Paulo Freire. Autêntica**, 2015. Pág. 98 -100.

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Educação do Campo: nexos e relações. In: **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. STRECK, Danilo; STEBAN, Maria Teresa (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. Contexto, 1989.

QUIJANO, Anibal. O labirinto da América Latina: haverá outras saídas. **Revista Novos Rumos**, n. 43, 2012.

SATO, Michèle. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educação: Teoria e Prática**, p. 24-24, 2001.

STRECK, Danilo R.; ADAMS, Telmo. **Pesquisa participativa, emancipação e (des) colonialidade**. Curitiba: CRV, 2014.

WELLER, Wivian. Minha Voz é tudo que eu tenho. **Belo Horizonte: UFMG**, 2011.